

POVO LIVRE

PRR NÃO ESTÁ A CHEGAR AO PAÍS REAL

O Plano de Recuperação e Resiliência está “muito atrasado” na sua execução. Os apoios europeus pós-pandemia não estão a chegar às instituições públicas, empresas e setor social

12 PARLAMENTO

ROLO COMPRESSOR DA MAIORIA QUER SILENCIAR OPOSIÇÃO

O PSD acusou o PS de querer impor regras de debate com o Primeiro-Ministro, normas que minam “fortemente a capacidade de fiscalização” da casa da democracia

14 LOCAIS

TRÊS MILHÕES DE EUROS PARA PREJUÍZOS EM LISBOA

Carlos Moedas anunciou que pretende criar um fundo de três milhões de euros para apoiar as famílias e comerciantes que sofreram prejuízos com o mau tempo

22 REGIONAIS

PS RECUSA APRESENTAR PROPOSTAS PARA A SAÚDE

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, João Bruto da Costa, criticou os socialistas por manterem uma “postura alarmista”

ACREDITAR NUM NATAL MELHOR

**Os portugueses não têm
de se habituar ao que
não merecem**

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Menos de nove meses de governação bastaram para que se desvanecesse a ilusão em que muitos se deixaram enredar. Mas a esperança não tem de ser uma palavra vã – não nos habituemos à fatalidade de nos contentarmos com remedeios.

O Natal que a generalidade dos portugueses vai viver não será um Natal de esperança. Por muito que o governo se multiplique nos anúncios quanto ao défice controlado, todos sabemos que esse eventual “sucesso” assenta num total desinvestimento público e no estrangulamento fiscal das empresas e das famílias, uma estratégia que se manterá inalterada e que justifica as previsões sombrias que se têm feito para os anos vindouros.

Nem mesmo os apoios sociais excecionais anunciados permitem alimentar alguma esperança. Sendo inquestionavelmente justificada pela crise que atravessamos, a decisão de se avançar com estes apoios constitui, ao mesmo tempo, a confissão deste governo quanto à sua incapacidade de ter uma estratégia sustentada de desenvolvimento económico e social do país que permita diminuir os elevados índices de pobreza que tornam estas medidas inevitáveis.

Pode-se, todavia, dar o caso de esta ser a verdadeira estratégia deste governo.

Olhando para a figura majestática que surge na capa da mais recente edição da revista “Visão” (número 1554), talvez seja de considerar que o objetivo seja o de recolher o máximo de dinheiro possível para, de acordo com os seus próprios interesses, poder conceder algumas esmolas ao povo. Vamos deixar que isto seja um hábito?

Reafirmo o que escrevi, nas primeiras linhas: a esperança não tem de ser uma palavra vã. Temos razões substantivas e concretas para acreditar que é possível fazer melhor, muito melhor.

Assim, sendo o Natal uma época de esperança, que se oficialize desde já a contagem decrescente para o fim dos hábitos de pobreza e castidade a que nos querem votar.

Portugal e os portugueses não têm de se habituar ao que não merecem.

A todos, um Feliz Natal, com alegria, saúde e esperança no que, juntos, vamos construir.

ESTADO DEVE PAGAR O QUE DEVE AOS BOMBEIROS

Luís Montenegro reafirma a importância das interconexões energéticas para a Europa.

Luís Montenegro apela ao Governo para que pague o que deve às associações humanitárias de bombeiros, de forma a não prejudicar a operacionalidade e a atividade das corporações.

“É imoral que as associações de bombeiros estejam ainda hoje por receber aquilo que gastaram em julho, agosto e setembro no combate aos incêndios, quando era preciso fazer tudo para evitar o sofrimento das pessoas e que o seu património fosse consumido pelas chamas”, afirmou.

O líder do PSD, que visitou a barragem do Cabril, na Sertã, esta terça-feira, diz que não bastam “palavras doces”, é preciso que a administração central liquide as dívidas aos bombeiros referentes ao transporte de doentes e aos incêndios do último verão.

“Nessas alturas [de incêndios] todos registam com palavras muito doces, de muito reconhecimento, o trabalho dos bombeiros, agora que é preciso pagar as despesas associadas às situações de maior emergência o Estado fica relapso, não é bom pagador e está a afunilar o financiamento das associações humanitárias”, lamentou.



”

O sistema de comando da Proteção Civil é “complexo

Luís Montenegro

Luís Montenegro considera ainda que falta a Portugal “a cultura de falar de incêndios nesta época do ano”, que é a indicada para preparar o dispositivo de defesa da floresta “de forma a sermos mais eficientes”.

Sobre o sistema de comando, Luís Montenegro ressalva que é “complexo, com muitas sobreposições e confuso, que se faz sentir nos momentos de maior necessidade de coordenação”.

Apoios para as famílias vêm tarde e excluem a classe média

O Presidente do PSD considera que o complemento extraordinário para as famílias mais vulneráveis anunciado pelo Primeiro-Ministro vem demasiado tarde. Desde abril que Luís Montenegro defende a necessidade de “um programa de emergência social para as famílias e empresas mais atingidas pelo aumento dos bens fundamentais: na alimentação, nos combustíveis e na eletricidade”.

Em Proença-a-Nova, no âmbito do programa “Sentir Portugal em...”, o líder do PSD saudou o Primeiro-Ministro por finalmente pôr em prática a visão social-democrata perante a crise inflacionista. “Parece que o dr. António Costa está a recuar e a vir ao encontro do plano estratégico do PSD. Quando o

dr. António Costa se inspira nas ideias do PSD, ele faz algumas coisas bem feitas. Quero saudar que o dr. António Costa dê razão ao que o PSD disse há meio ano. (...) Creio que o dr. António Costa também se equivocou quando achou que a inflação era passageira. Não só e não é passageira, como está a tardar em baixar para um nível que permita às pessoas recuperar poder de compra”, apontou.

Por outro lado, sublinha Luís Montenegro, os “mecanismos de apoio” devem abranger todas as famílias, “incluindo a classe média”, razão pela qual o PSD propôs a “redução do 3.º, 4.º e 5.º escalões do IRS”. “O PS ainda vai a tempo de ter uma medida para este segmento”, precisou.



ANTÓNIO COSTA

“ARROGÂNCIA E DESLUMBRAMENTO”

O Primeiro-Ministro anda baralhado, confuso, perante as opiniões contrárias

Luís Montenegro acusa o Primeiro-Ministro de “arrogância e deslumbramento” na gestão da maioria absoluta. O Presidente do PSD critica António Costa por, em entrevista à “Visão”, fazer “várias referências que não são exatas, com uma demonstração de arrogância e de algum deslumbramento com o resultado que obteve nas eleições de 30 de janeiro, com uma maioria absoluta que não está a saber utilizar, a desdenhar os partidos da oposição, a desvalorizar as gaffes e as demonstrações de descoordenação” [no Governo].

Luís Montenegro lembra os “episódios” que envolvem os membros do Governo socialista, quando o foco do Executivo deveria ser a realização de “transformações estruturais” e a resolução dos problemas das pessoas: “O Primeiro-Ministro anda baralhado, confuso, com um tom de arrogância perante as opiniões contrárias, a ridicularizar, por exemplo, as alterações nas lideran-

ças partidárias, como se ele não tivesse sido protagonista de uma das alterações de liderança mais polémicas em Portugal. É um Primeiro-Ministro sem memória, gozão, e a falar de uma forma em que atribui aos outros o facto de estarem concentrados naquilo que ele designou como a bolha política, quando nós falamos de questões concretas, como o custo da alimentação, o custo da energia, o custo dos combustíveis, as filas de espera à porta das urgências, das urgências encerradas e a falta de professores”.

Em Idanha-a-Nova, dia 15, o Presidente do PSD criticou ainda o malabarismo do Primeiro-Ministro nas estatísticas na educação, quando “anunciou ao país, como se tivesse sido uma conquista absolutamente extraordinária, a diminuição da taxa de abandono escolar precoce, cujo desempenho nos últimos seis anos foi exatamente o mesmo dos seis anos anteriores”.



PRR NÃO ESTÁ A CHEGAR AO PAÍS REAL

Esta preocupação é partilhada por empresários, IPSS, Presidente da República e pelo governador do BdP

Os apoios europeus pós-pandemia não estão a chegar às instituições públicas, empresas e setor social e, por isso, Luís Montenegro diz-se “preocupado com um Governo que, a par do seu líder, se apresenta deslumbrado com notícias que não têm correspondência com a realidade”, porque o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), está “muito atrasado” na sua execução. Uma “apreensão” que é também partilhada por empresários, IPSS, Presidente da República e pelo governador do Banco de Portugal.

Após uma reunião de trabalho com o reitor da Universidade da Beira Interior (UBI), na Covilhã, o Presidente do PSD constata que “há um país real que está muito longe do país político, que discute temas e polémicas que não têm uma correlação direta com aquilo que as pessoas vivem no seu dia a dia”.

“No dia de hoje, em que o Governo faz gala de termos recebido a se-





Temos um Governo em contramão com a realidade

gunda tranche do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência], aquilo que eu verifiquei no terreno é uma queixa, um descontentamento generalizado de todos os atores, de instituições públicas, de empresas e instituições do setor social que não vêm chegar os apoios de que necessitam para recuperarem e se tornarem mais resilientes (...) Nós temos um Governo em contramão com a realidade do país”, afirma.

No último dia da iniciativa “Sentir Portugal em Castelo Branco”, na sexta-feira, 16 de dezembro, o Presidente do PSD faz um balanço encorajador do périplo que o levou aos 11 concelhos da Beira Baixa: “Tem sido uma jornada muito produtiva, no que respeita ao contacto com as pessoas, as instituições, as empresas, o setor social, a academia”.

E reafirma que, “com esperança”, “é possível, em Portugal”, construir “um novo caminho”, que “o PSD tem a responsabilidade de oferecer ao país”.



INTERCONEXÕES ENERGÉTICAS

ANTÓNIO COSTA ANDA A BRINCAR COM A QUESTÃO

Luís Montenegro diz que “o Primeiro-Ministro deve uma explicação ao país” sobre as interligações energéticas europeias e em particular sobre os interesses de Portugal nesta matéria.

“O Primeiro-Ministro, na última Cimeira que teve com o Primeiro-Ministro espanhol, com o Presidente francês e com a Presidente da Comissão disse que as interligações estavam asseguradas e a verdade é que as mais importantes, aquelas que vão assegurar a capacidade de interligação, que são as dos Pireneus, estão tudo menos asseguradas”, afirmou.

Em Bruxelas, onde se encontra a participar na Cimeira do Partido Popular Europeu (PPE), esta quinta-feira, o líder do PSD considerou que “António Costa anda a brincar com este tema, a criar uma expectativa que não é real, e isso não credibiliza nem o Governo português nem sequer as instituições europeias”. “Vendeu-se uma ideia de sucesso que é uma mão cheia de nada. (...) Desde 2011 que não há um palmo de obra. (...) O Primeiro-Ministro dei-

xou de falar do gasoduto (...) e tentou vender-nos a ideia de que isto é uma vantagem competitiva para Portugal. Em primeiro lugar, isso está por demonstrar. Em segundo lugar, não sabemos se o financiamento para o projeto está ou não assegurado. E, em terceiro lugar, é preciso explicar, do ponto de vista técnico, como é que o gasoduto permite a utilização para hidrogénio verde. O Primeiro-Ministro dá este show-off nestas Cimeiras, desde 2014-2015”, acrescentou.

Luís Montenegro salienta que, “de uma forma subtil, foi abandonado o projeto do gasoduto, transformado num pipeline de hidrogénio verde, mas é preciso compreender como se vai readaptar o gasoduto vocacionado para o gás e que tem de ser adaptado para o hidrogénio, e que não é do interesse nacional”.



”

O projeto do gasoduto foi transformado num “pipeline” de hidrogénio verde

Luís Montenegro



Suspeitas no Parlamento Europeu são uma “machadada” nas instituições

Sobre as suspeitas de corrupção e de branqueamento de capitais que envolvem uma eurodeputada grega e ex-vice-Presidente do Parlamento Europeu, Luís Montenegro considerou, ontem, que este caso representa “uma das maiores machadadas na credibilidade das instituições europeias”.

“Isto é absolutamente intolerável na União Europeia. (...) Neste caso concreto, fere os princípios de fun-

cionamento dos órgãos da União Europeia. Creio que a condenação que foi feita no Parlamento Europeu se justificou”, disse.

Luís Montenegro saúda a reação “muito positiva da Presidente do Parlamento Europeu”, “que foi muito direta e veemente na condenação de comportamentos que estão sob investigação”.

UNIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



PSD DE CASTELO BRANCO DESCONFIA DA REFORMA DOS COMANDOS DE PROTEÇÃO CIVIL

O PSD de Castelo Branco manifestou “desconfiança” com a reforma territorial em curso, ao nível dos comandos sub-regionais de emergência e proteção civil, que deslocaliza Vila de Rei e Sertã para o âmbito da CIM Médio Tejo.

Em comunicado, dia 19, a Comissão Política Distrital do PSD de Castelo Branco refere que “numa altura onde tanto se fala da mudança destes concelhos para a CIM [Comunidade Intermunicipal] da Beira Baixa, seria importante abrir-se um regime de exceção que pudesse permitir que as corporações [de bombeiros] de Vila de Rei e Sertã pudessem já trabalhar num território onde tem impacto”.

Salientam ainda “as dinâmicas construídas ao longo de muitos combates conjuntos” e o “peso único ao nível do efetivo” que as corporações de Vila de Rei e da Sertã têm.

“Só os bombeiros do concelho da Sertã iriam representar 25% do total do dispositivo de combate a incêndios rurais da respetiva CIM”, refere a Distrital liderada por Luís Santos.

Mas, a “maior desconfiança” dos sociais-democratas resulta do conhecimento da dívida total que a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco tem com corporações de bombeiros do distrito.

Segundo o PSD de Castelo Branco, “ascendem a mais de 1,6 milhões de euros”, devido ao transporte de doentes não urgentes, “causando um severo impacto na sustentabilidade das contas das 12 corporações de bombeiros existentes”.

“Isto sem falar das dívidas causadas pelos incêndios, onde os bombeiros assumem a despesa do combate, sem, também neste caso, serem atempadamente ressarcidos pelo Estado”, lê-se na nota.

GRÂNDOLA ACOLHE PROPOSTAS DO PSD QUE BENEFICIAM FAMÍLIAS E INSTITUIÇÕES

Em 2022, o PSD conseguiu, por exemplo, se aplicasse o IMI Familiar pela primeira vez no concelho

Realizou-se no dia 16 de dezembro a discussão e votação do orçamento municipal e Grândola para 2023, aprovado com a abstenção da bancada do PSD na Assembleia Municipal. Depois de uma intensa negociação, os autarcas social-democratas Sónia dos Reis e Luís Vilhena Sobral conseguiram o compromisso do Executivo municipal de aplicar um conjunto de medidas fundamentais para 2023, tais como a redução do IMI para 0,33%, a aplicação do IMI Familiar (a partir do primeiro filho), um reforço de 25% de verbas para as Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e de 15% para associações grandolenses, bem como o reforço de verbas para ajudar a adquirir viaturas de serviço para estas entidades.

Segundo Sónia dos Reis, que lidera a bancada social-democrata, “tendo em conta que se avizinham tempos difíceis para o país e imaginando que Grândola não será exceção, percebemos que o orçamento proposto não era perfeito, mas tínhamos a obrigação de lutar pela aplicação de medidas que melhorassem a vida dos grandolenses”.

Com a negociação da bancada social-democrata, fica ainda garantida a isenção do pagamento de refeições escolares para os alunos do escalão B da Segurança Social dos 3 anos ao 12.º ano (até 2025), uma verba de 300 mil euros para a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Grândola, a reparação



de um conjunto de estradas e ruas prioritárias bem como a participação do Município em 70% da componente familiar (às crianças que frequentam os Jardins-de-Infância do concelho), entre outras treze propostas, que compõem o pacote negocial com o Executivo grandolense (que não detém maioria na Assembleia Municipal).

Já em 2022, o PSD tinha conseguido que, por exemplo, se baixasse o IMI

e se aplicasse o IMI Familiar pela primeira vez no concelho de Grândola.

Para a bancada do PSD, “não se trata de fazer um acordo com o PCP que condicione a nossa ação política, na medida em que somos e seremos sempre oposição constante e firme que tem a obrigação de acompanhar a população e exigir soluções para o concelho de Grândola, dependam as mesmas do Executivo comunista ou do próprio Governo”.

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO

ROLO COMPRESSOR DA MAIORIA QUER SILENCIAR OPOSIÇÃO

A posição do PS, sobre os debates com o Primeiro-Ministro, mina “fortemente a capacidade de fiscalização” da casa da democracia

O PSD acusou o PS de querer impor regras de debate com o Primeiro-Ministro, no Parlamento, dia 15 de dezembro, que minam “fortemente a capacidade de fiscalização” da casa da democracia.

Numa declaração aos jornalistas, nos Passos Perdidos da Assembleia da República, o presidente do grupo parlamentar, Joaquim Miranda Sarmiento, denunciou o “rolo compressor” dos socialistas que atinge “a base do sistema democrático”.

Em causa estão as propostas do PS sobre o regimento da Assembleia da República que impedem os deputados de fazerem perguntas ao chefe de Governo.

Em causa, está, por um lado, o não regresso dos debates quinzenais com o chefe do Governo – o PS quer que sejam mensais –, quer o modelo da discussão, com os socialistas a proporem acabar com as atuais réplicas dos partidos ao primeiro-ministro.

Miranda Sarmiento acrescentou: “Na votação global votaremos contra se o PS apresentar estas propostas”.

“Isso significa que o rolo compressor desta maioria absoluta está a atingir a base do sistema democrático, que é a capacidade de o parlamento fiscalizar o Governo”, acusou.



CÂMARA DE VOUZELA

APROVA PROPOSTA DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de Vouzela aprovou uma proposta de orçamento para 2023 no valor 22.688.233 euros, que pretende assegurar as condições de atratividade e fixação de pessoas no concelho e garantir investimentos em todas as freguesias.

Representando um aumento de cerca de 18% comparativamente ao deste ano, a proposta de orçamento para 2023, no valor de mais de 22 milhões de euros, tem em consideração a previsão de desaceleração da economia portuguesa.

“As restrições e constrangimentos provocados pela crise pandémica e económica impelem-nos a continuar o apoio à nossa população e instituições sociais”, considera o executivo municipal presidido por Rui Ladeira (PSD).

Nesse âmbito, pretende “concretizar os investimentos estruturantes que foram sendo traçados nos últimos anos, definindo projetos e garantindo o seu funcionamento, procuran-

do não perder um único cêntimo de financiamento comunitário”, acrescenta.

Entre os grandes investimentos previstos estão o Polo Criativo de Vouzela (1,8 milhões de euros), a reposição de infraestruturas coletivas (dois milhões de euros), a mobilidade suave (um milhão de euros), as zonas industriais (1,3 milhões de euros), a habitação (1,3 milhões de euros) e a Loja do Cidadão (1,6 milhões de euros).

A proposta de orçamento – que foi aprovada por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS – irá a votação na Assembleia Municipal de 22 de dezembro.

TRÊS MILHÕES DE PREJUÍZOS E

O Presidente da Câmara Municipal menos, três milhões de euros para com o mau tempo que assolou a c



É importante que as pessoas saibam que a Câmara Municipal vai atuar rapidamente

Carlos Moedas



EUROS PARA M LISBOA

**l de Lisboa anunciou que pretende criar um fundo de, pelo
a apoiar os comerciantes e particulares que sofreram prejuízos
cidade entre 7 e 14 de dezembro.**



A pretensão do autarca social-democrata foi expressa esta noite durante uma entrevista à TVI, na qual falou sobre as medidas que podem ser tomadas para minimizar o impacto das cheias na cidade de Lisboa.

“Vou propor à Câmara Municipal [de Lisboa] um fundo para ajudar estas pessoas de, pelo menos, três milhões de euros. Estou a fazer os cálculos. É importante que as pessoas saibam que a Câmara Municipal vai atuar rapidamente. Nós temos de ajudar as pessoas neste momento, exatamente porque não temos a solução estrutural”, afirmou Carlos Moedas.

Carlos Moedas reconhece que a verba é “insuficiente” e defendeu a necessidade de o Governo ser célere com os apoios que irá disponibilizar. “O Governo tem de ajudar já. Tem de ser rápido”, apelou.

Na entrevista, o autarca voltou a sublinhar que os fenómenos de enorme pluviosidade que ocorreram na madrugada de hoje e no final da semana passada “são muito difíceis de prever” e que a solução estrutural para mitigar os seus efeitos será a construção de dois túneis de drenagem.

“A única solução são os túneis de drenagem. Há três meses, em alguns discursos, eu falava nos túneis de drenagem. As pessoas não

ouviam, às vezes, porque isto era algo invisível”, apontou.

Segundo explicou, a ideia é construir um túnel entre a zona de Monsanto e a de Santa Apolónia e entre a de Chelas e o Beato, evitando que a água chegue às zonas mais baixas da cidade de Lisboa.

Até que essa solução estrutural não esteja implementada, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa admite que a única forma de prevenir acidentes é permitindo que as pessoas possam ficar em casa, defendendo que as empresas devem estar preparadas para essa situação.

Carlos Moedas assegurou também que tem havido “um reforço constante” das equipas que estão a responder às ocorrências do mau tempo e garantiu que estão a ser criadas as condições de segurança.

“Nós mostramos que os lisboetas se podem sentir seguros. Nós tivemos 600 pessoas nesta operação. Temos pessoas na Câmara Municipal, na Polícia Municipal, nos Bombeiros Sapadores de Lisboa, nos bombeiros voluntários que não dormem há quatro noites. Um agradecimento a eles, pois são eles que garantem a nossa segurança”, atestou.

As chuvas intensas e persistentes que caíram em dezembro, com particular impacto na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo, deixaram dezenas de desalojados, estradas cortadas e prejuízos de milhões de euros, havendo ainda uma vítima mortal a registar. Na noite de 7 de dezembro, o distrito de Lisboa estava sob aviso meteorológico laranja (o segundo mais elevado) para precipitação forte e tro-

voadas, mas a forma intensa como a chuva caiu fez o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) elevar o aviso no concelho de Lisboa para vermelho, o mais grave. Na capital, em três horas, a precipitação correspondeu a 10% do que chove num ano, segundo o IPMA. As situações piores ocorreram no Campo Grande, Campo Pequeno e Alcântara. Em Oeiras, foi Algés a zona mais

afetada e onde se registou a vítima mortal, uma mulher de 75 anos que não saiu a tempo de casa, numa cave inundada. Também Amadora, Loures, Setúbal e Almada foram fortemente atingidos com inundações, pessoas retiradas de casas e de carros, deslizamentos de terras, quedas de muros e de árvores, estradas cortadas e enxurradas, arrastando carros e pedras.



A ideia é construir um túnel entre a zona de Monsanto e Santa Apolónia e entre Chelas e o Beato



Câmara quer regularizar ocupações ilegais de habitações municipais

A Câmara de Lisboa aprovou, dia 19, a regularização das ocupações ilegais de habitações municipais ocorridas até 1 de outubro de 2021, inclusive durante o período excepcional da pandemia de covid19, prevenindo um levantamento da pobreza habitacional na cidade.

“Não queremos que ninguém passe à frente de ninguém com maiores carências. Se as famílias têm condições de pobreza equivalentes, ou mais graves, daquelas a quem temos dado casa, e se entraram nesta situação dramática por motivos da própria pandemia, nestas duas circunstâncias apenas, regularizaremos a sua situação, mediante o acordo de todos os parceiros sociais”, afirmou a vereadora da Habitação, Filipa Roseta.

Em reunião privada, o executivo camarário aprovou medidas para a regularização das ocupações não autorizadas de habitações municipais ocorridas até 01 de outubro de 2021, com o objetivo de, segundo a vereadora Filipa Roseta, chegar “a uma solução de justiça social, com verdade e humanidade”.

A proposta foi aprovada por pontos, culminando na viabilização de todos, em que a maioria teve, entre os

17 eleitos que integram o executivo, 12 votos a favor, designadamente sete da liderança PSD/CDS-PP e cinco do PS, quatro abstenções, nomeadamente duas do PCP, uma do Livre e outra do movimento Cidadãos por Lisboa (eleito pela coligação PS/Livre), e um voto contra do BE.

Antes da possibilidade de atribuir a casa ocupada, vai ser iniciado, a partir de 01 de janeiro de 2023, “um processo de diagnóstico, de análise e de resolução das situações de ocupação não autorizada e não titulada de habitações municipais, à revelia da entidade gestora”, inclusive da empresa Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, por um período de seis meses, que pode ser prorrogável por igual período.

De acordo com a câmara, esse levantamento servirá para “encontrar um caminho para resolver as situações dramáticas de muitas famílias com elevado grau de pobreza que, em particular durante a pandemia, ocuparam uma habitação de forma ilegal”, mediante um trabalho conjunto entre o município, a Gebalis e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

ASSEMBLEIA DE CANTANHEDE APROVA DESAGREGAÇÃO DE DUAS UNIÕES DE FREGUESIA

A Assembleia Municipal de Cantanhede aprovou, dia 18, as propostas de desagregação das uniões de freguesia de Cantanhede e Pocariça e de Portunhos e Outil, anunciou o município.

O executivo municipal, liderado por Helena Teodósio, já tinha assumido idêntica posição, seguindo agora os processos para apreciação e votação pela Assembleia da República.

“A câmara municipal limitou-se a ratificar as legítimas aspirações das populações, tendo naturalmente prestado às juntas o apoio possível no desenvolvimento de cada um dos processos”, afirma a social-democrata Helena Teodósio, citada num comunicado da autarquia, no distrito de Coimbra.

A iniciativa, segundo a nota, “partiu das respetivas assembleias de freguesia com o objetivo de fazer reverter a integração de freguesias”, realizada em 2013 e cujas populações “se haviam batido contra” a decisão promovida pelo Governo de Pedro Passos Coelho.

“Perante a possibilidade do recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, para reverter o processo, os executivos daquelas uniões de freguesia deci-

diram avançar com propostas nesse sentido. Em caso de aprovação no parlamento, as desagregações apenas produzirão efeito nas próximas eleições autárquicas, em 2025”, refere a Câmara de Cantanhede.

O presidente da Junta da União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, também citado no comunicado, crê terem sido cumpridos “os critérios legais para reverter uma situação de injustiça e, no fundo, repor o que as populações (...) já reivindicavam em 2013”.

Neste caso, a proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, um voto contra do Chega e uma abstenção do PSD.

Quanto à desagregação da União de Freguesias de Portunhos e Outil, o presidente da Junta, Vítor Folgado, realça que essa era igualmente a “vontade da população”.

Esta proposta foi aprovada pela Assembleia com 32 votos a favor, um voto contra do Chega e duas abstenções do PSD.





POMBAL FAVORÁVEL À DESAGREGAÇÃO DE DUAS UNIÕES DE FREGUESIAS

A Câmara de Pombal, no distrito de Leiria, deu na segunda-feira parecer favorável à desagregação da União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze.

A deliberação para repor a autonomia territorial e administrativa das três antigas freguesias foi tomada por unanimidade em reunião extraordinária e teve em conta a vontade manifestada pelas populações e pelos seus representantes nos órgãos autárquicos.

Em 30 de outubro, foi realizada uma auscultação pública sobre a eventual separação da união das freguesias, tendo o “sim” vencido.

A auscultação foi efetuada nas três antigas freguesias, com uma mesa de voto em cada, tendo sido perguntado aos eleitores se pretendia que a sua ex-freguesia deixasse de fazer parte da União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze.

Segundo informação dada na ocasião pelo presidente da Assembleia de Freguesia, Fernando Neves, num total de 4.612 eleitores votaram 751.

“Votaram ‘sim’ 509 eleitores e 230 votaram ‘não’” à de-

sagregação, adiantou, referindo que houve ainda o registo de sete votos nulos e cinco brancos.

Fernando Neves esclareceu que em todas as antigas freguesias “venceu o ‘sim’ à desagregação”, tendo o resultado mais renhido sido registado em Albergaria dos Doze, onde 163 eleitores votaram pela separação e 124 contra esta possibilidade.

A União das Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze é liderada desde a sua criação pelo PSD, com o executivo liderado por Manuel Matos a cumprir o terceiro e último mandato.

A Câmara de Pombal emitiu, também, por unanimidade, parecer favorável à desagregação da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca.

Se se confirmarem as duas desagregações, o concelho de Pombal regressa ao mapa das 17 freguesias.

CÂMARA DE COIMBRA AVANÇA COM AUDITORIA AOS SERVIÇOS DE HABITAÇÃO SOCIAL

No início da reunião do executivo municipal de 19 de dezembro, José Manuel Silva anunciou que irá solicitar aos “serviços que ponham em andamento o pedido de auditoria de 12 anos aos serviços de habitação social da Câmara de Coimbra”.

Na reunião de Câmara, foi também aprovada uma proposta de novo tarifário de resíduos urbanos, que aumenta para mais do dobro a taxa de gestão de resíduos (TGR) para 2023, imposto pelo quadro legal da entidade reguladora.

Segundo o documento que foi à reunião do executivo, para um consumo mensal de dez metros cúbicos de água terá um acréscimo de 64 cêntimos face às tarifas praticadas em 2022.

O executivo aprovou também, com um voto contra da CDU, uma alteração do traçado do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) na rua General Humberto Delgado e rua D. João III, na Solum.

A alteração adota um “perfil menos intrusivo” do traçado, com a redução de uma das vias de circulação automóvel, no sentido oeste-este, ficando também prevista a plantação de mais árvores, numa proposta que abre a possibilidade de introduzir uma ciclovia naquela zona.

No período antes da ordem do dia, José Manuel Silva aproveitou a época natalícia para pedir “três prendas”: um maior apoio do Governo às autarquias; uma resposta do Ministério da Justiça às reivindicações da autarquia nesse campo; e um IP3 (estrada que liga Coimbra a Viseu) com “quatro faixas de qualidade e segurança rodoviária em toda a sua extensão”.



Sobre os riscos de cheias na cidade, José Manuel Silva voltou a defender a construção da barragem de Girabolhos (a montante da barragem da Aqueira), criticando o Governo por ter suspenso esta obra.

“Sem essa barragem, voltaremos a ter cheias catastróficas. Espero que, rapidamente, retomem a construção da barragem de Girabolhos”, defendeu, considerando que com o rio Mondego regularizado não será necessário intervir no rio Ceira, que poderá continuar a ser um “rio selvagem e natural”.

Câmara submete Museu dos Transportes ao PT2030

A Câmara de Coimbra candidatou o Museu dos Transportes Urbanos, encerrado desde o início dos anos 2000, ao próximo quadro comunitário, manifestando vontade em reabrir aquele espaço.

“O Museu dos Transportes foi submetido ao PT2030. Queremos reabri-lo, mas isso depende do financiamento”, afirmou o presidente da Câmara de Coimbra.

O Museu dos Transportes Urbanos de Coimbra está encerrado desde a viragem do milénio, tendo sido também casa temporária, entre 2004 e 2008, da companhia O Teatrão.

José Manuel Silva realçou que a vontade do executivo é reativar aquele espaço, acusando ainda o PS, que liderava o executivo anteriormente, de não ter tomado a iniciativa de o reabrir.

A Câmara de Coimbra aprovou também a criação do Cartão Amigo do Convento São Francisco, ao qual estará associado um desconto direto de 40% sobre o ingresso em espetáculos da sua programação, que implica o pagamento de uma anuidade de 20 euros.





PS RECUSA APRESENTAR PROPOSTAS PARA A SAÚDE

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, João Bruto da Costa, criticou o Partido Socialista por manter uma “postura alarmista, recusando apresentar propostas” para o setor da saúde.

O parlamentar social-democrata falava, dia 15, na Assembleia Legislativa dos Açores, no plenário de dezembro que decorreu na Horta.

Numa altura em que os resultados do atual Executivo “são de confiança, reconhecida pelos açorianos, os senhores deputado do PS instigam a mentira, instigam o pânico, instigam o ódio, instigam a discórdia e até a inveja entre as ilhas”, afirmou o deputado do PSD/Açores eleito pela ilha Graciosa.

Atitude esta que em nada abona “atrair os profissionais de Saúde a fixarem-se nas ilhas, com boas condições de trabalho, quando deveriam enaltecer o bom desempenho a que se assiste no Serviço Regional de Saúde”, atirou João Bruto da Costa, criticando “a falta de respeito do PS para com aqueles que sofrem com as suas próprias condições de saúde”.

O líder da bancada parlamentar do PSD/Açores considerou que “a recuperação das listas de espera tem sido excelente para tratar dos doentes nas nossas ilhas, pelo que é lamentável, é triste que, neste Parlamento quando se fala sobre Saúde, não haja a capacidade de reconhecer o trabalho do Serviço Regional de Saúde, bem conduzido por este Governo”, destacou.

João Bruto da Costa lamentou ainda “o triste espetáculo que nos é brindado por parte do PS. Em vez de se preocupar com o estado com que nos deixou as infraestruturas e o SRS, bem como o trabalho feito pelos profissionais de saúde, preocupa-se, isso sim, em fazer ataques pessoais, trazer mexericos, o diz que disse à boca pequena, que corresponde a muito mais de 90% dos protestos feitos pelo Partido Socialista nesta casa”.



O Governo Regional empenha-se na resolução dos problemas

Daí que, questiona qual tem sido o contributo da oposição no progresso a que se assiste no setor da Saúde no arquipélago: “O que é que os senhores vieram aqui dizer? Aquilo que andam a dizer há semanas. Que não há acesso, nem vamos ter cuidados de saúde. Esse é o vosso desejo. É o vosso desejo que nos Açores seja igual àquilo que produzem na República”.

“Isso é lamentável por parte de partidos com a vossa responsabilidade”, reforçou o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD/Açores.

Enquanto na Região, “o Governo Regional se empenha na resolução de problemas, pelo contrário, temos o exemplo da República com o caos instalado em vários serviços de urgência. E nós estamos muito longe, mesmo muito longe de sermos incompetentes como os senhores são”, sublinhou.

“Nós sabemos bem o que fizeram com as deslocações dos médicos especialistas às ilhas sem hospital, que praticamente acabaram com elas. Nestas ilhas, sabemos bem o que é viver com isso. Sabemos bem o que é estar sempre a apanhar o avião para ir ao médico. Sabemos bem o que é viver com isso. Esses senhores deixaram-nos uma herança pesadíssima”, concluiu João Bruto da Costa.

AÇORES DETERMINAM ESTUDO SOBRE MODELO DE TRANSPORTE MARÍTIMO DE PASSAGEIROS

Os Açores vão fazer um estudo para determinar “o melhor modelo” de transporte marítimo de passageiros, nomeadamente entre São Miguel e Santa Maria, cuja “operação desastrosa custou 23,4 milhões de euros”, informou o Governo regional.

A informação foi avançada, dia 14, no plenário da Assembleia Legislativa pela secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM, Berta Cabral, durante uma sessão de perguntas ao Governo sobre a ilha de Santa Maria.

O lançamento do concurso público para a realização do estudo deve ser publicado em breve.

“Os estudos é que nos dirão o que deve ser feito [o estudo sobre o transporte marítimo de mercadorias,

já adjudicado, e o estudo sobre o transporte de passageiros] e qual o melhor modelo e mais económico”, frisou Berta Cabral, em resposta a questões do deputado do BE António Lima sobre uma eventual entrega do transporte marítimo de passageiros a privados.

De acordo com a secretária regional, neste momento, “tudo está em aberto”.

O que a governante recusa é a “operação desastrosa da linha Amarela, que custou ao Governo 23,4 milhões

de euros”, de acordo com uma auditoria do Tribunal de Contas.

“Nada nos diz se é público ou não. Agora, as empresas de tráfego local não estão impedidas de transportar passageiros. Não excluimos, nem podemos excluir, operadores que trabalham há centenas de anos na região”, alertou Berta Cabral.

Quanto ao transporte aéreo, a secretária regional sublinhou que “a operação de verão foi extremamente robusta” e, além disso, “o Governo autorizou 88 voos extraordinários”,

sendo que “a taxa de ocupação nunca ultrapassou, em média, os 78%”.

Entretanto, o Governo dos Açores adjudicou por 70 mil euros a realização de um estudo sobre “um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias que potencie o desenvolvimento da economia de cada uma das nove ilhas” do arquipélago”, indicou a secretária regional em outubro, defendendo “a criação sustentada de um verdadeiro mercado interno”.



PORTO ESPACIAL EM SANTA MARIA AVANÇA EM 2023

O subsecretário da Presidência do Governo dos Açores, Pedro Faria e Castro, assegurou que o projeto para a construção de um porto espacial na ilha de Santa Maria vai avançar em 2023.



“Em 2023, o porto espacial vai avançar. O concurso e o respetivo caderno de encargos estão a ser reformulados. Partem de um pressuposto diferente daquele que caiu em abril”, afirmou o governante, durante o plenário do parlamento regional, na Horta, dia 13.

“Não façam da relação dos Açores com a PT Space o que não é. A PT Space [também] é dos Açores. É uma instituição na qual participamos. É dos Açores. Somos sócios. Aquilo que a PT Space faz nos Açores, faz com o acordo e a colaboração ativa do Governo dos Açores”, retorquiu o subsecretário.

Faria e Castro avançou ainda que a implementação do Centro Tecnológico Espacial em Santa Maria deverá “ficar resolvida nas próximas semanas”, com a cedência de terrenos à PT Space, para permitir a aterragem do projeto do veículo reutilizável europeu, o Space Raider.

“É um assunto que será resolvido nas próximas semanas. Não depende de mim. Depende da passagem dos terrenos do aeroporto por parte da Câmara de Vila de Porto para a PT Space, onde será finalmente iniciado o Centro Tecnológico Espacial que acolherá as infraestruturas para o Space Raider”, detalhou.



PSD SAÚDA REVOGAÇÃO DA TAXA TURÍSTICA NOS AÇORES

Elisa Sousa, deputada do PSD/Açores, saudou a revogação da taxa turística, aprovada na Assembleia Legislativa dos Açores, na Horta, dia 15 de dezembro.

A parlamentar social-democrata defendeu que a taxa turística “não traz vantagem competitiva ao destino Açores”, entendendo que a “instabilidade dos mercados por conta da guerra e da crise inflacionista tornam a atividade extremamente vulnerável”.

Elisa Sousa considerou que embora se assista a “um maior número de hóspedes, mais dormidas e mais receitas, não é possível concluir ainda que os Açores constituem um destino consolidado”, admitindo que a atual conjuntura económica e social podem representar “uma dificuldade adicional aos consumidores, quer por via da redução dos seus rendimentos, quer pela insegurança e clima negativo”.

A deputada do PSD/Açores eleita por Santa Maria afirmou que “é necessário continuar a criar condições

para que se possa dotar o destino com mais qualidade, maior sustentabilidade e um valor acrescentado dos seus produtos de excelência, ao longo dos próximos anos”.

Por esse motivo, para Elisa Sousa, “este caminho não se faz com a aplicação de uma taxa turística regional, considerando que a taxa turística poderia ter associada uma carga negativa, a qual não corresponde diretamente à prestação de um serviço, numa lógica de em que o utilizar paga o serviço prestado”, destacou.

Tanto assim é que “os pareceres das mais diversas entidades ligadas ao setor também não deixam dúvidas, a aplicação de uma taxa turística regional não vai ao encontro da estratégia definida pela região”.

Além disso, “a aplicação da taxa turística regional não irá combater nem a pressão turística que já existe

em alguns pontos de visitação, nem a sazonalidade do destino turístico”, constatou Elisa Sousa.

A deputada do PSD/Açores reconhece, por outro lado, “que é necessário adotar medidas e estratégias para combater a pressão que existe em alguns pontos turísticos, controlando os seus fluxos e impactos, assim como é necessário continuar a dotar a região de condições para receber os nossos turistas, acrescentando valor nos serviços prestados, garantindo um destino turístico sustentável e de qualidade”.

A revogação da taxa turística surge numa altura em que “é preciso continuar a combater a sazonalidade”, a prioridade passa por “criar atratividade e não implementar uma taxa”, concluiu a parlamentar social-democrata.

GOVERNO DA REPÚBLICA DESPREZA A EDUCAÇÃO NA MADEIRA

A Região vai continuar a apostar no projeto dos manuais digitais

O Governo Regional da Madeira considera que o Governo da República “despreza a educação” e desvaloriza os seus profissionais, destacando que na região foram implementadas medidas para os docentes terem as condições laborais “mais justas do país”.

As políticas implementadas pelo executivo madeirense resultaram “no reconhecimento dos profissionais do setor relativamente às suas condições sociolaborais, sem dúvida as mais justas de um país que parece desprezar a importância da Educação e o papel decisivo dos seus profissionais”, disse o secretário da Educação, Ciência e Tecnologia na Assembleia Legislativa da Madeira.

Jorge Carvalho falava no âmbito do debate na especialidade do Orçamento Regional (2.071 milhões de euros) e Plano de Investimentos (775 milhões de euros) para 2023.

As propostas foram aprovadas dia 13 de dezembro, na generalidade, com os votos favoráveis da maioria do PSD/CDS, abstenção do JPP e PCP e contra os dos deputados do PS.

O Governo Regional afetou à secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia mais de 448,2 milhões de euros (21,6% do Orçamento), sendo cerca 407 mil euros para as diversas áreas educativas e mais de 41.400 para investimentos do Plano, mencionou o governante no Parlamento.

O responsável afirmou que o orçamento “assegura a formação integral das crianças e jovens madeirenses, garantindo que as condições relativas aos recursos humanos, materiais e apetrechamento condizentes com esse propósito e colocando à disposição das famílias os instrumentos de justiça social”.

Entre outros aspetos, sublinhou que o OR/2023 vai permitir a “entrada no quinto dos sete anos previstos para o programa de recuperação integral do tempo de serviço cumprido pelos professores, mantendo, as condições laborais dos docentes mais justas de todo o país”

O responsável indicou que “3.550 professores beneficiaram da recuperação do tempo de serviço” no arquipélago e que 447 docentes contratados foram vinculados nos últimos seus anos.

Jorge Carvalho salientou que a Região vai continuar a apostar no projeto dos manuais digitais, que atingirá, no próximo ano, a totalidade dos alunos matriculados nas escolas públicas entre o 5.º e o 10.º ano, além de algumas turmas do 11.º.

O secretário adiantou que esta medida vai ser complementada com a disponibilização de manuais e fichas

de estudo a todas as crianças do 1.º Ciclo, “passando assim a cobrir 100%”.

Isto representa um aumento “de 33%, em conjugação com os diversos projetos de transição digital em curso no setor da Educação e com a elevação dos montantes das bolsas de estudo”, o que permite “um todo equilibrado e harmonioso, de largo impacto no orçamento das famílias”, realçou.



Orçamento da Madeira para 2023 é “ambicioso”

O Governo da Madeira classificou o Orçamento Regional para 2023, aprovado em votação final global, como “ambicioso” em termos de investimento público, apostando em obras de benefício social e visando o crescimento económico sustentável.

“O Orçamento [Regional] para 2023 dá continuidade a um programa ambicioso de investimento público, em vista a um crescimento sustentável da economia”, afirmou o secretário das Finanças do executivo da Madeira (PSD/CDS-PP), Rogério Gouveia, no encerramento da discussão do documento, na ordem dos 2.071 milhões de euros, e do Plano de Investimentos (775 milhões de euros), no parlamento do arquipélago.

As propostas do Orçamento Regional e do Plano de Investimentos para 2023 foram aprovadas, dia 15, em votação final global com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP,

tendo todos os partidos da oposição (PS, JPP e PCP) votado contra.

Na sua intervenção, Rogério Gouveia destacou as “obras de direto benefício social” incluídas no orçamento, nomeadamente a construção de habitação, escolas, infraestruturas desportivas e de recreio, lares e centros de saúde, entre outras.

Investimentos que, segundo o governante, são justificados “pelo retorno económico e social que oferecem”, embora sejam “criticados pela oposição que, num exercício de insensibilidade social e de retorno aos velhos clichês, os apelidaram de ‘obras do regime’ e de ‘política de betão”.

A proposta orçamental, acrescentou, é “a que melhor responde às necessidades, ao equilíbrio financeiro e à melhoria sustentada da vida das famílias e empresas”, projetando “o melhor rumo para a região” no atual cenário macroeconómico desfavorável e de “particular incerteza”.

O Governo Regional continua a “re-direcionar todos os recursos para medidas que procuram não só combater o aumento do custo de vida e evitar o agravamento de injustiças e desigualdades, mas também desenvolver e fortalecer a coesão e a justiça social, através do apoio às famílias, aos socialmente mais fragilizados, à classe média, aos jovens e idosos”, realçou.

Por outro, o orçamento “cria condições para atrair e reter na região empresas com grande capacidade concretizadora, inovadora e tecnológica”, contribuindo para a fixação de uma geração jovem “mais qualificada de sempre”, sustentou.

Rogério Gouveia recordou, a propósito, que o executivo madeirense continua a implementar o desagravamento fiscal, beneficiando diretamente famílias e empresas e permitindo a devolução de “cerca de 96 milhões de euros”.

”

O orçamento “cria condições para atrair e reter empresas”

Rogério Gouveia



MADEIRA

GRATUIDADE DOS MANUAIS GRATUITOS PARA O 1º CICLO



O anúncio para 2023 da gratuitidade dos manuais escolares no 1º Ciclo para todos os alunos que frequentam as escolas públicas da Região, assim como a frequência gratuita das creches para os beneficiários do 1 e 2 escalão da Ação Social Escolar e redução de 10% nos restantes escalões, merece destaque pelo grupo parlamentar do PSD, pois representa uma forte aposta do Governo Regio-

nal nas medidas de apoio às famílias no âmbito da educação.

Sónia Silva refere que “estas são medidas de apoio direto às famílias da Região, numa altura em que se vivem maiores constrangimentos resultantes dos aumentos dos custos de vida provocados pela inflação, e que materializam o compromisso assumido com as famílias madeirenses e porto-santenses, na persecução

de uma educação de qualidade e na promoção do sucesso escolar”.

Lembra, contudo, que não se trata de atos isolados, fazendo parte de um conjunto de apoios e investimentos levados a cabo pela tutela desde 2015, num claro investimento na área educativa, que serão amplamente reforçados no Orçamento Regional para 2023.

PSD REUNIU COM REPRESENTANTES DE JUAN GUAIDÓ

O grupo parlamentar do PSD/Madeira reuniu com representantes do Governo Interino da Venezuela, que fazem parte do Gabinete de Juan Guaidó na Europa, tendo por missão dar voz às questões venezuelanas junto dos países e regiões europeias e do decorrer das negociações com o regime chavista.

Nesse sentido, e incluído num conjunto de contactos que constam da visita de trabalhos à Região, este encontro, que se realizou na Assembleia Legislativa da Madeira, teve por principal objetivo conhecer a realidade da diáspora venezuelana em Portugal, e, em particular na Madeira. Uma comunidade que, tal como sublinha o deputado Carlos Fernandes, tem sido acompanhada de perto pelos social-democratas.

“A Venezuela continua na agenda por parte do PSD Madeira porque não só não nos esquecemos aqueles mais de 12 mil venezuelanos, lusodescendentes e portugueses que viviam na Venezuela e regressaram à Madeira como também os mais de 400 mil portugueses que vivem ainda na Venezuela”, disse.

Nesse sentido, realçou, este tem sido um tema prioritário nas questões assumidas pelo Grupo Parlamentar social-democrata, garantindo que este partido não vai “virar as costas” a esta comunidade e vai continuar a acompanhar a evolução dos acontecimentos na Venezuela.



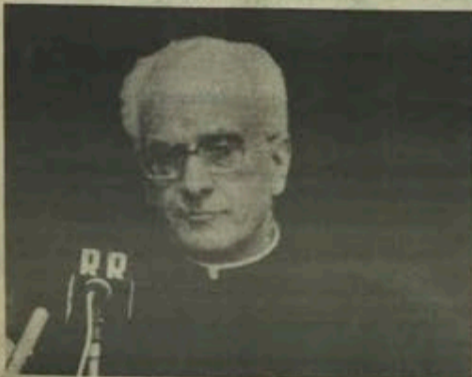
2

Homilia do Bispo do Porto

Deve haver caridade com os vivos mas muito mais com os mortos

A propósito do "Dia Mundial da Paz", o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, pronunciou, na Sé Catedral, uma homilia subordinada ao tema "Para servir a Paz, respeitar a Liberdade" na qual se referiu com especial ênfase à caridade e amor de fraternidade com que devem ser encaradas certas situações de irregularidade face aos compromissos tomados para com a Igreja, perguntando se poderá haver piedade com os mortos fazendo questão das suas vidas.

"O homem só é verdadeiramente homem quando supera o efêmero do sentimentalismo com a constância do personalismo", afirmou D. António Ferreira Gomes, acrescentando:



"É isto que se diz dos indivíduos deve igualmente dizer-se das colectividades e das nações: o personalismo individual deve ter o seu equivalente na personalidade jurídica, no personalismo moral de cada nação e Inter nações.

A palavra dada entre pessoas ou das pessoas às instituições vale conforme os próprios termos, segundo os princípios da honra e dignidade, conforme o velho conceito de que o homem é a sua palavra: e, se ela não está na sua palavra, onde é que há-de estar?

Por isso a Igreja, quando um sacerdote falta à palavra dada coram populo como compromisso perpétuo, ou quando um cônjuge quebra a lealdade devida a um contrato elevado em Cristo a sacramento, a Igreja não esconjura nem excomunga, mas poderá aquele que faltou à sua palavra solene e sacramental supor que basta uma "intervenção administrativa" da Igreja para a repor na condição anterior ao compromisso, para o tornar "igual aos mais", como se nada se tivesse passado?

A Igreja repete ainda no último Sínodo dos Bispos que os divorciados e recasados, embora não possam ser admitidos à plenitude da comunhão sacramental, nem aos "actos legítimos" eclesiais, devem ser tratados com caridade e amor de fraternidade, podem participar na oração dos fiéis e nas suas obras de bem-fazer. Se devem ser tratados com caridade em vida, muito mais depois de mortos.

Porém, será caridade e fraternidade aquilo que a qualquer observador se apresenta como tentativa de afirmação de falsos princípios, em certos "nóvados de sepulcro" ou em estranhos "ocumenismos" post mortem? Consistirá a piedade para com os mortos em fazer questão das suas vidas?

solidariedade
E.P.A.M.L.
com o novo
Governo

lo Per-
Comissão
rital da
olitana de
da no dia
ro, tendo
ibecimento
siação do
la Aliança
ca presidida
o Balsemão,
a-lhe a sua
solidariedade e

apoio e deseja-lhe os melhores êxitos na sua actuação, por forma a prosseguir a política de justiça social, estabilidade económica e tranquilidade política em boa hora desenvolvidas pelo Governo de Sá Carneiro, em prol de maior bem-estar e liberdade para todos os portugueses.

"Sistema de Governo e Sistema Partidário"

por Paulo António Lopes e José Paulo Gomes

Este artigo discute o sistema de governo e o sistema partidário em Portugal, analisando a relação entre os dois e o papel da Igreja Católica. O texto aborda a necessidade de uma reforma política e a importância da participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Encontro Nacional dos Sindicatos Sociais Democratas e Delegados ao Congresso da UGT

Este artigo relata o encontro nacional dos sindicatos sociais democratas e dos delegados ao congresso da UGT. O texto destaca as preocupações dos trabalhadores com a situação económica e social do país, bem como a importância da luta sindical para a melhoria das condições de vida e da defesa dos direitos laborais.

EDIÇÃO N.º 338 do "Povo Livre" | de 7 de janeiro de 1981

D. António Ferreira Gomes foi uma figura marcante do século XX em Portugal, um dos bispos mais carismáticos da Igreja Católica e uma das vozes nacionais mais importantes no Concílio Vaticano II.

O bispo da diocese do Porto (também foi bispo coadjutor de Portalegre e Castelo Branco) pagou caro a coragem em afrontar o Estado Novo. Esteve dez anos no exílio (1959-1969), em Vigo, Santiago de Compostela, Valência, Alemanha e Lourdes. No dia 1 de janeiro de 1981, D. António Ferreira Gomes proferia na Sé Catedral do Porto uma homilia subordinada ao tema "Para servir a Paz, respeitar a Liberdade". "Deve haver caridade com os vivos mas muito mais com os mortos" noticiava o "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

AMARANTE

Nos termos do artº 54º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção Concelhia de Amarante para reunir **dia 20 de janeiro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede Concelhia de Amarante sita Edifício do Salto, Santa Luzia com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise, discussão e avaliação da situação política local e nacional.
2. Discussão de outros assuntos de interesse para o PSD de Amarante.

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Armamar, para reunir no próximo **dia 28 de Janeiro (sábado) de 2023, entre as 15H00 e as 18H00**, no Salão Paroquial de Armamar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Armamar;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, Rua Dr. Fausto José Lote 4, 5110-098 AMM, até ao terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

COVILHÃ

Nos termos do art.º 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo **dia 28 de dezembro, quarta-feira, pelas 21H00**, no Auditório Carlos Pinto, Sede do Sport Lisboa e Águias do Dominguizo, na freguesia de Dominguizo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

FREIXO DE ESPADA À CINTA

Ao abrigo do ponto 5 do artº 4, do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Freixo de Espada à Cinta para reunir, no **dia 28 de janeiro (sábado) de 2023, pelas 14H00**, na Sede de Secção, situada na Rua de São Francisco, 3, Freixo de Espada à Cinta com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas à Mesa da Assembleia e à Comissão Política de Secção devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral

As eleições decorrerão entre as 14H00 e as 19H00.

Têm capacidade eleitoral os militantes inscritos na Secção há, pelo menos seis meses e que tenham as suas quotas em dia no décimo dia anterior à eleição.

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Mealhada para reunir, no próximo **dia 14 de janeiro (sábado) de 2023, pelas 17H30**, no Salão Nobre do Quartel dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, sita na Rua Bernardino Felgueiras com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;

PAMPILHOSA DA SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Pampilhosa da Serra, para reunir no próximo **dia 21 de janeiro (sábado) de 2023, pelas 14H00**, na Sede Concelhia do PSD de Pampilhosa da Serra, sita na Estrada dos Lobatos, Pampilhosa da Serra com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos Órgãos de Pampilhosa da Serra.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23H59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14H00 às 16H00

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para uma sessão ordinária a realizar no próximo **dia 7 de janeiro de 2023 (sábado), pelas 16H00** na Sede do PSD de Pombal, sita na Rua Dr. Luís Torres, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Comissão Política de Secção;
2. Informação sobre o Orçamento do Município de Pombal para 2023;
3. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento da Secção de Pombal do PSD para 2023;
4. Análise da situação político-partidária;
5. Outros Assuntos.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, designadamente o Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure, para reunir em sessão ordinária, no próximo **dia 21 de janeiro de 2023 (sábado)**, no 1º andar do nº6 sita na Rua António Morais Pinto, Soure, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas aos diferentes Órgãos de Secção deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, no n.º 18 da Rua Senhor das Almas, Soure, até ao término do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (19 de janeiro de 2023), conforme Regulamento Eleitoral que pode ser consultado no site do Partido Social Democrata.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 14H00 e as 16H00, e de acordo com o Regulamento Eleitoral apenas poderão votar os militantes com capacidade eleitoral ativa.

NÚCLEOS

CANIDELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do núcleo de Canidelo-Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo **dia 21 de Janeiro (sábado) de 2023, pelas 17H00**, em sistema de urna aberta, na Sede Concelhia do PSD, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política do PSD do Núcleo de Canidelo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de núcleo de Canidelo, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral. A Sede Concelhia está aberta para receção de listas, no último dia das 21H30 às 23H00.

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

III CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Nos termos do artigo 29.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (ENJSD), convocam-se os membros do Conselho Nacional para a terceira reunião ordinária do órgão em apreço, a ter lugar no **dia 21 de Janeiro de 2023 (sábado), a partir das 15h00**, em local a designar no distrito de Beja, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política e balanço da actividade da Comissão Política Nacional, nos termos da al. b) do artigo 27.º e do artigo 30.º dos ENJSD.
- 3 – Apresentação, discussão e votação do Orçamento da JSD, nos termos da al. l) do artigo 27.º dos ENJSD.
- 4 – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas da JSD, nos termos da al. l) do artigo 27.º dos ENJSD.
- 5 – Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Leiria, a realizar no **dia 06 de Janeiro de 2023, pelas 21 horas**, na Casa Municipal da Cultura de Alvaiázere, sito na Rua Conselheiro Furtado dos Santos, N52, 3250-103, Alvaiázere, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho de Ponte da Barca para reunir, no próximo **dia 14 de Janeiro, pelas 21:30h**, na Sede Concelhia do PSD Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação do programa de atividades para 2023;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Informações.

CONVOCATÓRIAS TSD



DISTRITAIS

AÇORES

Nos termos dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia Regional dos TSD/Açores para eleger os 17 delegados açorianos ao XV Congresso Nacional dos TSD.

A eleição terá lugar no **dia 13 de janeiro de 2023, entre as 17h e as 19h**, nas Sedes Concelhias do PSD/Açores, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional

Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 2022
O Presidente da Mesa do Congresso
Francisco Pimentel

AVEIRO

Nos termos do nº 2 do art.º 43º dos Estatutos dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital de Aveiro dos TSD, para a Assembleia Distrital dos TSD Aveiro, que se realiza no **dia 13 de janeiro de 2023, entre as 16H00 e as 18H00**, nos locais abaixo designados:

- **Mesa 1 – Sede Distrital de Aveiro** – R. Dom Manuel B. Vasconcelos, 28 – Aradas – Aveiro (Glicínias) para os militantes inscritos nos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtoza, Oliveira do bairro, Sever do Vouga e Vagos

- **Mesa 2 – Sede da Delegação do SBN** – S. João da Madeira – R. João de Deus, nº 73-1º - São João da Madeira para os militantes inscritos nos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso dos TSD

Aveiro, 14 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD Aveiro

João Agostinho Pinto Pereira

BEJA

Nos termos dos Estatutos TSD e do Regulamento do XV Congresso TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Beja, para reunir no próximo **dia 12 de janeiro de 2023, entre as 18.00h e as 19.30h**, na sede do PSD, sito na Praça da República, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Lisboa, 16 de dezembro de 2022

O Presidente do Secretariado Distrital
Herlander Miguel de Mira

BRAGA

Nos termos estatutários, convocam-se os militantes inscritos nos TSD, no Distrito de Braga, para a eleição dos 23 Delegados ao XV Congresso dos TSD - Trabalhadores Social Democratas. A eleição terá lugar no **dia 12 de janeiro de 2023**, na sua sede, sito à Rua Santa Margarida nº2A-2º na cidade de Braga, **entre as 18h00 e as 20h00**, período em que as urnas estarão abertas para cumprir a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso dos TSD

A(s) lista(s) completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 18h00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Rua Santa Margarida nº2A-2º na cidade de Braga, ao cuidado do Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Braga dos TSD.

Braga, 12 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
Francisco Xavier dos Santos

BRAGANÇA

Nos termos dos Estatutos TSD e do Regulamento do XV Congresso TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD Bragança, para reunir no próximo **dia 13 de janeiro de 2023, entre as 19:00h e as 22:00h**, na sede PSD distrital Bragança, sito na Praça da Sé, nº16 - 1º andar 5300-022 Bragança, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD, a realizar dias 11 e 12 fevereiro, em Lisboa.

Bragança, 16 de dezembro de 2022

O Presidente do Secretariado Distrital
Luís Aníbal Rodrigues Martins

CASTELO BRANCO

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento do XV Congresso dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD Castelo Branco, para reunir na Sede dos TSD, sito na Rua Prior Vasconcelos, nº 34 loja 1 R/c, na cidade de Castelo Branco, no **dia 13 de janeiro de 2023, das 18H00 às 20H00**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Castelo Branco, 15 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
TSD Castelo Branco

João de Deus Relvas Daniel Lopes

COIMBRA

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento do XV Congresso dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir no **dia 13 de janeiro de 2023**, na Sede Distrital do PSD, **das 18H00 às 20H00**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Nos termos estatutários e regulamentares, as candidaturas:

- terão de ser apresentadas por listas completas, contendo o número de efetivos previsto e pelo menos um terço de suplentes;
- ser propostas com um mínimo de 20 militantes ou 5% do órgão competente para a eleição;
- ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou coletivamente;
- nenhum candidato pode integrar mais do que uma candidatura;
- só poderão eleitos militantes que à data das eleições, estejam inscritos, há pelo menos, 1 anos;
- para que uma lista se considere completa, deverá conter o número mínimo de candidatos previstos nos estatutos, sendo que, em nenhuma circunstância, o número de suplentes poderá exceder o de efetivos;
- a eleição dos delegados ao XV Congresso TSD tem como universo eleitoral, os militantes inscritos até à data do Conselho Nacional que o marcou.

Coimbra, 15 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital José Luís Cardoso Pais

ÉVORA

Nos termos dos Estatutos TSD e do Regulamento do XV Congresso TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD Évora, para reunir no próximo **dia 13 de janeiro de 2023, entre as 18h00 e as 20h00**, no Évora Hotel, sito na Av. Túlio Espanca, 7002-502 Évora, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos 5 Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Nota: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD, ou a quem o possa substituir, nos termos estatutários e regularmente previstos. Devido às limitações existentes na Sede Distrital do PSD / TSD de Évora, poderá o Presidente da Mesa ser contactado pelo n.º 935 668 711.

Évora, 16 de dezembro de 2022

O Presidente do Secretariado Distrital Nuno Miguel da Silva Branco Alas

FARO

Nos termos dos Estatutos TSD e do Regulamento do XV Congresso TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD Algarve, para reunir entre as **18,30H e as 20,30H do próximo dia 12 de janeiro de 2023**, na Sede Distrital, sito no Beco Frei André Álvares, em Faro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Faro, 16 de dezembro de 2022

O Presidente do Secretariado Distrital Luiz Manuel Carvalho Trindade

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos convoco todos os militantes para o acto eleitoral dos Delegados ao XV Congresso dos TSD, a realizar nos próximos **dias 11 e 12 de fev.**, em LISBOA.

A eleição decorrerá, **entre as 15H e as 18h**, do dia 12 de janeiro de 2023, nas nossas instalações, sitas na R. Marquês de Pombal, 59 – 2º, na Guarda.

Guarda, 8 de dezembro de 2022

O Presidente do Secretariado Distrital António Rodrigues Antunes

LEIRIA

Nos termos dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para o próximo **dia 13 de janeiro de 2023, pelas 18H00**, na Sede Distrital, sito na Av. José Jardim nº 32, em Leiria, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Nota: A eleição decorrerá entre as 18H00 e as 20H00, com uma urna aberta na Sede Distrital sito na Av. José Jardim nº32, em Leiria.

Leiria, 02 de dezembro de 2022

O Presidente do Secretariado Distrital Nuno José Lopes Serrano

LISBOA AML

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa, de acordo com o Regulamento Eleitoral e artigos 42º, 44º e 47º dos Estatutos, a eleger 85 delegados ao XV Congresso dos TSD.

A eleição terá lugar no **dia 13 de janeiro de 2023, entre as 17h00 e as 19h00**, na Sede Distrital, sito no Largo D. João Bosco, nº 3, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso

Lisboa, 19 de novembro de 2022

Presidente da Mesa da Assembleia Distrital Carlos Alberto Chagas

MADEIRA

Tendo o Conselho Nacional dos TSD – Trabalhadores Social Democratas convocado o XV Congresso Nacional, para os **dias 11 e 12 de fevereiro de 2023**, em Lisboa, e aprovado o respetivo Regulamento, o qual estatui a eleição dos Delegados.

Nestes termos, convoco os militantes dos TSD – Trabalhadores Social Democratas da Madeira para a Assembleia Eleitoral a decorrer no **dia 12 de janeiro de 2023, entre as 18H00 e as 20H00**, na sede do PSD Madeira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Delegados da Região Autónoma da Madeira ao XV Congresso Nacional dos TSD – Trabalhadores Social Democratas.

As listas de candidaturas a Delegado devem ser entregues à Comissão Política Regional até 5 dias úteis anteriores à data das eleições.

Funchal, 15 de dezembro de 2022

O Presidente da Comissão Política dos TSD/ Madeira

Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves

PORTALEGRE

Nos termos dos Estatutos TSD e do Regulamento do XV Congresso TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD Portalegre, para reunir no próximo **dia 12 de janeiro de 2023, entre as 17:00 e as 19:00**, na Sede Distrital, sito na Rua Combatentes da Grande Guerra 17 – 7300-097 Portalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Portalegre, 16 de dezembro de 2022

O Presidente do Secretariado Distrital João José Forte Neves

PORTO

Nos termos do nº 2 do art.º 47 dos Estatutos e do respetivo Regulamento, convoco Assembleia Distrital dos TSD para reunir, na Sede dos TSD, sito Rua Guerra Junqueiro nº 64, cidade do Porto, no **dia 12 de janeiro de 2022, (quinta-feira) entre as 21h30m e as 23h00**, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados Distritais ao XV Congresso Nacional dos TSD
2. Aprovação da Moção de Estratégia Política e Sindical

Porto, 12 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD/Porto

Manuel Pereira Gomes

SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos, convoco a reunião da Assembleia Distrital dos TSD Santarém para o próximo **dia 12 de janeiro de 2023, quinta-feira, das 18h às 20h**, na sede do PSD, sito na Rua do Colégio Militar, 26 – 2000-230 Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos Delegados dos TSD ao XV Congresso

Santarém, 06 de dezembro de 2022

O Presidente da Assembleia Distrital António Carvalho Carreira

SETÚBAL

Ao abrigo do Art.7º., do Regulamento do XV Congresso dos Trabalhadores Social Democratas, convocam-se os militantes do Distrito de Setúbal dos TSD, para reunir, no próximo **dia 12 de janeiro de 2023, quinta-feira, entre as 17h00 e as 20h00**, nas duas mesas eleitorais:

- militantes dos concelhos de Almada e Seixal, na Sede Concelhia do PSD de Almada, sito Rua da Liberdade, 38ª, em Almada
- militantes dos restantes concelhos Alcácer do Sal, Alcochete, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines, na Sede Distrital de Setúbal, sito na Rua Santa Maria, 18Lj, em Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos 19 Delegados ao XV Congresso dos TSD

Setúbal, 13 de dezembro de 2022

O Vice-Presidente da Mesa de Assembleia Distrital

José do Rosário

VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos dos TSD e do Regulamento do XV Congresso Nacional TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD Viana do Castelo, para reunir no **dia 13 de janeiro de 2023, entre as 18H00 e as 19H30**, na respetiva Sede dos TSD Viana do Castelo, sito na Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, Lote 1 Loja nº 46, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados ao XV Congresso Nacional dos TSD

Viana do Castelo, 12 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD Viana do Castelo

João Fernando Rodrigues da Cruz

VILA REAL

De acordo com o nº2 do art.º 47 dos estatutos e do respetivo regulamento, convoco a Assembleia Distrital dos TSD para reunir na Sede dos TSD, sito na Avenida da Europa, Edifício Encostas do Rio, entrada 7-2º andar, da cidade de Vila Real, no **dia 12 de Janeiro de 2023, (quinta-feira) das 19:00 horas às 21:00 horas**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos Delegados Distritais ao XV Congresso Nacional dos TSD

Vila Real, 16 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD Vila Real

António Maria Dias Cascais

UISEU

Nos termos da alínea g) do Artº. 44º dos Estatutos e do nº 1 do Artº 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Viseu, para a Assembleia Distrital dos TSD/UISEU, que se realiza no **dia 13 de janeiro de 2023, das 18H00 às 19H30**, na Sede Distrital de Viseu do PSD, sito na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja nº9 Edifício Vasco da Gama, em Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Eleição de 6 Delegados à Assembleia Distrital de Viseu do PSD
2. Eleição de 12 Delegados ao XV Congresso dos TSD

Viseu, 14 de dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital Joaquim Pedro Martins

**O POVO LIVRE DESEJA A TODOS OS MILITANTES UM FELIZ NATAL
E UM PRÓSPERO ANO NOVO.**

ESTAREMOS DE VOLTA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023.



BOAS FESTAS

